

AGRICULTURA FAMILIAR E GESTÃO DO PNAE: estudo de caso em Turmalina, Vale do Jequitinhonha

FAMILY FARMING AND PNAE MANAGEMENT: case study in Turmalina, vale do Jequitinhonha

Ana Jacqueline Sales Santos

Universidade Federal de Minas Gerais e Unimontes
(Mestre em sociedade ambiente e território - PPGSAT)
ana.jack.sales@gmail.com

Flávia Maria Galizoni

Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Ciências Agrárias
(Doutora, docente ICA/UFMG)
flaviagalizoni@yahoo.com.br

Resumo

No Brasil, na década de 1990 houve intensos debates sobre a produção de alimentos, a modernização do campo e o lugar da agricultura familiar neste contexto. Marginalizados, agricultores familiares se organizaram para construir direitos e políticas públicas específicas. Este artigo analisa como agricultores familiares do Vale do Jequitinhonha se relacionam com canais de compras institucionais promovidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. A pesquisa realizada, de cunho qualitativo, compreendeu dados secundários de instituições públicas e estudo de caso no município de Turmalina. Os resultados indicaram que a organização da agricultura familiar criou uma forma compartilhada de governança para adequação do PNAE à produção e dieta local. Apontou, ainda, que programas flexíveis e grupos sociais organizados são fundamentais para alavancar possibilidades de desenvolvimento.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. PNAE. Gestão. Vale do Jequitinhonha.

Abstract

In Brazil, in the 1990s there were intense debates about food production, modernization of the countryside and the place of family farming in this context. Marginalized, family farmers organized themselves to build specific public rights and policies. This article analyzes how family farmers in Vale do Jequitinhonha relate to institutional purchasing channels promoted by the National School Meals Program. The research carried out, of a qualitative nature, comprised secondary data from public institutions and a case study in the municipality of Turmalina. The results indicated that family farming organizations created a shared form of governance to adapt the PNAE to local production and diet. He also pointed out that flexible programs and organized social groups are fundamental to leverage development possibilities.

Keywords: Family Farming. PNAE. Management. Jequitinhonha Valley.

Introdução

A partir das duas últimas décadas do século XX, agentes públicos, governo e organizações sociais buscaram construir programas públicos visando assegurar abastecimento de alimentos para a população mais vulnerável do Brasil. Este esforço surgiu articulado ao debate sobre o desenvolvimento rural, os efeitos da "revolução verde" no campo brasileiro, o papel de pequenos projetos comunitários e do lugar da agricultura familiar nesse conjunto; associou-se também a pressões dos movimentos sociais por acesso a terra e melhores condições de vida.

Os governos militares, movidos por ideais de progresso econômico, disseminaram nos anos 1960/70 políticas desenvolvimentistas com o intuito de transformar a base produtiva no campo e vincular a agricultura à indústria. Por meio de créditos subsidiados incentivou-se a expansão das fronteiras agrícolas, concederam-se grandes extensões de terras – que, apesar de historicamente ocupadas por populações tradicionais, foram consideradas devolutas – a empreendimentos visando produção em escala, prover o mercado interno e gerar divisas. Essas iniciativas incidiram sobre os modos de vida de grupos camponeses expropriados de seus territórios pela expansão de monoculturas diversas e projetos de infraestrutura. Eclodiram no campo brasileiro vários conflitos decorrentes das *tomadas de terras*.

Marginalizada nesse processo a agricultura familiar resistiu e foi resiliente.

Estudos da INCRA/FAO, de Ricardo Abramovay e de José Eli da Veiga nos anos 1990 apontaram a relevância da produção de base familiar para o abastecimento interno de alimentos, principalmente daqueles que compõem são a base da dieta costumeira. O Censo Agropecuário de 2006 reforçou tal assertiva: revelou que a agricultura familiar respondia por 84,4% dos estabelecimentos agropecuários e era responsável por produzir grande parte da comida que chegava à mesa dos brasileiros. Essa importância da agricultura familiar para a segurança alimentar se manteve no tempo e foi captada também pelo Censo Agropecuário de 2017 que indicou que 77% dos estabelecimentos rurais eram da agricultura familiar¹.

¹ Esta “aparente” redução do número de estabelecimentos da agricultura familiar (-7,4%) deve-se a alteração na Lei 11.326 pelo Decreto 9.04/2017 (BRASIL, 2017), que modificou a forma de classificação dos estabelecimentos rurais: a renda do produtor deveria ser predominantemente obtida no domicílio, excluindo, portanto, vários estabelecimentos pluriativos da agricultura familiar na contagem do Censo Agropecuário de 2017. O censo 2017 excluiu o suplemento de agricultura familiar, o que fez com que as

A organização e atuação política de grupos de lavradores(as) estimulou a criação de programas públicos. Assim surgiu o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) no ano de 1996 com o objetivo de apoiar projetos produtivos, individuais ou coletivos. Dez anos depois, a agricultura familiar passou a ser, para fins de programas públicos, uma categoria reconhecida e definida pela Lei Nº 11.326 (BRASIL, 2006).

O acesso à alimentação se tornou um tema cada vez mais premente na sociedade brasileira: por um lado houve reações à intensa industrialização/padronização da dieta alimentar e à degradação dos alimentos por agrotóxicos; por outro, a constatação da fome recorrente como um problema que atingia grandes segmentos da população e que não foi resolvido com a "revolução verde". A reflexão sobre o papel da agricultura de base familiar no abastecimento e segurança alimentar ganhou relevo e foi acrescida dos aspectos da soberania alimentar, da valorização cultural de técnicas de produção, de beneficiamento e preparo de alimentos saudáveis. Essas temáticas passaram a fazer parte de programas públicos voltados para a produção de alimentos, geração de renda e desenvolvimento rural.

Um importante programa público que se articulou com a agricultura familiar foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Criado em 1955, influenciado pelas reflexões de Josué de Castro, o PNAE, desde o seu início, objetivou ofertar alimentação para estudantes de escolas públicas, contribuir para o rendimento escolar, combater a fome e formar hábitos alimentares saudáveis. Em seus primeiros quarenta anos o programa, centralizado pelo governo federal, foi executado de forma homogênea para todo território nacional. Em 1994, após passar por descentralização – concretizada na Lei nº 8.913 (BRASIL, 1984) – buscou maior agilidade na aquisição de gêneros alimentícios: estados, municípios e Distrito Federal foram incumbidos de gerir o programa nas suas áreas de competência, ficando a cargo do governo federal o repasse direto de recurso através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as escolas estaduais e prefeituras. Nesse período, o PNAE também se vinculou a novos objetivos: fortalecimento da agricultura familiar, desenvolvimento rural, segurança e soberania alimentar. Elemento relevante nesse processo, a criação da Lei Nº 11.947 (BRASIL, 2009) determinou que as instituições gestoras destinassem, no

informações sobre essa categoria social fossem conseguidas de forma indireta e menos precisas do que a edição de 2006.

mínimo, 30% da receita proveniente do FNDE à compra de produtos provenientes da agricultura familiar. Esta lei foi embasada em mobilizações de organizações de agricultores familiares que forjaram espaços nas políticas públicas e conquistaram a participação no PNAE.

A articulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar com a agricultura familiar caminhou em consonância com as concepções de desenvolvimento territorial que buscaram estabelecer políticas descentralizadoras, com maior abertura para a participação social e flexibilização da gestão de programas visando construir estratégias de execução. Mas, algumas questões se colocaram em pauta quanto ao alcance dessas políticas territoriais: elas transformaram a realidade de populações rurais que carregavam um histórico de exclusão social e marginalização nas cadeias produtivas? Dialogavam com sistemas singulares de produção e formas distintas de organização e inserção social?

Esses questionamentos suscitaram a pesquisa que embasou este artigo. Seu objetivo central foi analisar como agricultores familiares se relacionavam com os canais de compras institucionais viabilizados pelo PNAE. Buscou-se compreender, em específico, as formas de gestão de programa público para alavancar possibilidades de desenvolvimento em uma região considerada economicamente deprimida².

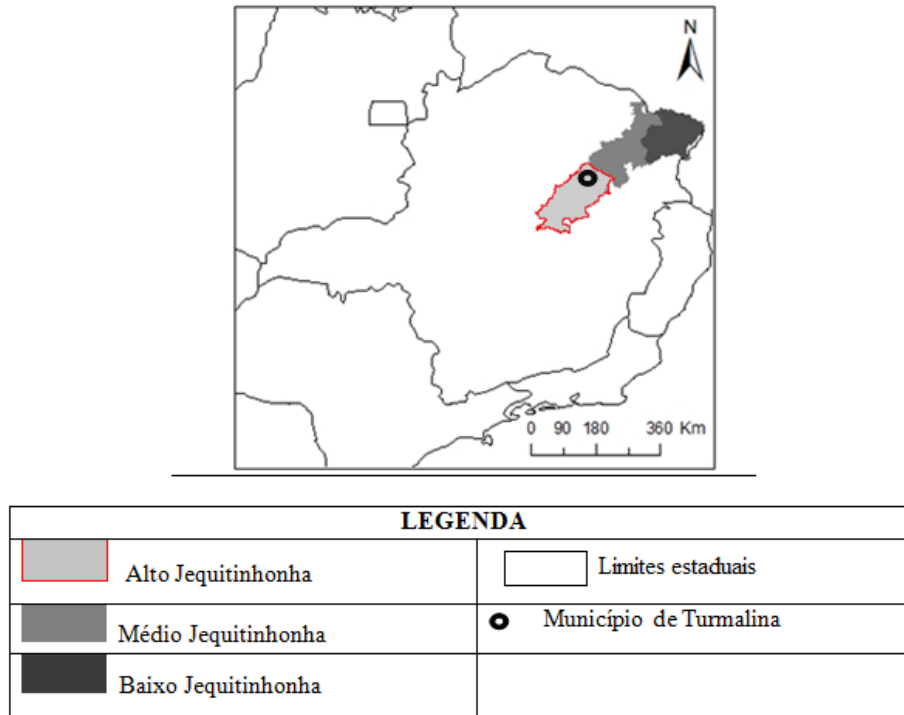
A pesquisa

Escolheu-se como área de estudo o Território do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. A escolha se deu pela expressividade numérica de agricultores familiares presente nesse Território – em torno de 81% dos estabelecimentos rurais (IBGE, 2006; FJP, 2017). Mas também porque sindicatos de trabalhadores rurais, associações comunitárias, organizações da sociedade civil e públicas têm refletido, nesta região, de forma sistemática em seminários, eventos e em estratégias cotidianas sobre produção de alimentos, recursos hídricos e políticas públicas. Temas considerados estruturais sobre possibilidades de desenvolvimento (RIBEIRO e OUTROS, 2007b; PTDRSTAJ, 2006).

² O conceito de “territórios economicamente deprimidos” foi utilizado por Ortega (2008) para designar territórios com condições de precariedade e vulnerabilidade social, compostos por municípios com baixo nível de desenvolvimento, baixo ritmo de crescimento e baixo potencial de desenvolvimento.

No Alto Jequitinhonha optou-se por fazer um estudo de caso no município de Turmalina.

Figura 1 - Localização da área de estudo no Território Alto Jequitinhonha



Fonte: Geominas/IBGE, 2016. Datum: GCS_South_American_1969.

Segundo o Censo Populacional de 2010, Turmalina apresentava uma população de 18.055 habitantes, 12.913 urbanos e 5.133 rurais. No município, 88,99% dos estabelecimentos eram da agricultura familiar, entretanto, ocupavam uma área menor do que os estabelecimentos não familiares representados principalmente pelas empresas monoculturas de eucalipto (IBGE – CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Tabela 1 - Estabelecimentos rurais e área ocupada no município de Turmalina – MG

Estabelecimentos	Número de estabelecimentos	Área dos estabelecimentos (ha)
Agricultura familiar	922	11.516
Agricultura não familiar	114	13.961

Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

Em Turmalina, no final dos anos 1970, ocorreu um movimento emblemático na luta pela terra a partir da organização dos posseiros da comunidade de Mato Grande para resistir à grilagem da terra em que viviam. Liderada pelo lavrador Vicente Nica, essa luta camponesa ganhou notoriedade em toda a região e em Minas Gerais: a resistência dos posseiros de Mato Grande foi um marco em defesa das terras comuns no Jequitinhonha (ALVES, 1993). Esse movimento comunitário fortaleceu o surgimento do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR). Juntos, comunidades rurais e STR constituíram a base de outras organizações da sociedade civil animadas por agricultores familiares como o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) e a Associação dos Feirantes de Turmalina (AFTUR).

Para atingir os objetivos propostos, a partir de uma abordagem qualitativa, a pesquisa foi organizada em três fases, com o foco temporal principalmente entre os anos de 2011 e 2016.

Na primeira fase, realizou-se levantamento de dados secundários em instituições gestoras e *sites* de órgãos públicos - FNDE e Fundação João Pinheiro - sobre diretrizes, gestão e prestação de contas do PNAE (BAUER E GASKELL, 2002).

Posteriormente, na segunda fase da pesquisa, estruturou-se um conjunto de entrevistas semiestruturadas com agentes atuantes na gestão do PNAE no município: instituições gestoras e organizações de representação da agricultura familiar, de forma que a análise observasse as perspectivas dos diversos sujeitos envolvidos no programa (POUPART *et al*, 2008). Entrevistou-se representantes da Prefeitura Municipal de Turmalina, Escola Estadual Badaró Junior, E. E. Américo Antunes, E. E. Lauro Machado, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turmalina, Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Associação de Feirantes de Turmalina (AFTUR), Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado de Minas Gerais (Emater/MG).

Na terceira etapa, por meio de levantamento prévio nas escolas estaduais e prefeitura, foi possível mapear os(as) agricultores(as) que tinham participação ativa no PNAE com relação à frequência, volume entregue e quais eram suas comunidades de origem. Em conjunto com a Associação de Feirantes de Turmalina (AFTUR) selecionou-se uma amostra intencional de famílias de agricultores observando critérios que abarcassem uma diversidade de fatores: comunidades distintas, distribuição espacial

no município, faixa etária, gênero, composição da família e volume de entrega de alimentos. Com auxílio de um roteiro semi-orientado entrevistou-se 10 famílias distribuídas por 6 comunidades rurais - Mato Grande, Ponte do Funil, Boa Vista, Gentio, Vargem Funda e Jacuba. Nas visitas aos sítios familiares a técnica de observação e caminhada transversal foi importante para compreensão da dinâmica produtiva e dos processos de comercialização (BRANDÃO, 1987).

Alto Jequitinhonha, comunidades rurais e suas organizações

O município de Turmalina está inserido em um ambiente paisagístico caracterizado, no Território do Alto Jequitinhonha, por uma sucessão de relevo denominado complexo chapadas-grotas. De acordo com Galizoni (2007) chapadas e grotas são espaços de naturezas distintas quanto a solo, vegetação e disponibilidade hídrica, mas que ao mesmo tempo se complementam e formam base de recursos necessários para manutenção das populações locais.

Nesse Território famílias de lavradores ordenaram o espaço através de um apurado conhecimento da paisagem e da natureza, criaram um sistema de produção que integrava vários agroambientes – *cultura, campo, carrasco e capão* - e que assegurava, pelo trabalho na terra, a reprodução de um modo particularizado de vida (RIBEIRO, 2005; GALIZONI, 2007). Assim, estabeleceram suas moradias nas grotas (vales) onde há maior disponibilidade de cursos d'água e de fertilidade da terra para cultivo de alimentos e criação de animais de pequeno porte. Já nas chapadas – terras altas e planas, mas pouco férteis – usualmente, realizavam coleta de frutos, de plantas de uso medicinal, de lenha e criavam, em partes do ano, o gado na *solta*. Mas as chapadas foram expropriadas para a monocultura de eucalipto e essas práticas costumeiras cerceadas (CALIXTO *et al.*, 2009).

As unidades familiares na agricultura estabeleceram um sistema articulado de “produção e consumo”: tudo que se produz na unidade serve primeiramente ao consumo da família, outra parte é direcionada à comercialização e o retorno monetário é destinado à aquisição de produtos e bens que não são produzidos na unidade familiar ou que são em quantidade insuficiente para o consumo da família (WOORTMANN, 1978).

Uma produção familiar marcada pela sazonalidade, pelo tempo da natureza. Situado em uma região de clima tropical semiúmido com duas estações bem definidas, a

“seca” e as “águas” marcam o ritmo de trabalho e produção dos lavradores em Turmalina. No tempo das águas (chuvas) é hora de *levantar* a lavoura que fornece a base alimentar às famílias: milho, feijão, mandioca, cana, amendoim, abóbora e quiabo; época de muito trabalho e trato com o cultivo. Já no tempo da seca há menos trabalho na lavoura, é hora de processar alimentos na indústria doméstica rural como a rapadura, as farinhas de milho e mandioca, e de cuidar da horta. Época também em que alguns agricultores costumavam migrar para colheita do café e da cana no sul do estado de Minas Gerais e São Paulo, retornando para sua terra na época das águas (RIBEIRO, et al, 2007a; LIMA, 2013).

Este sistema singular de produção e de modo de vida³ que as famílias agricultoras criaram nessa região, se depararam nos finais da década de 1970 com o processo de *tomadas de terras* que desencadearam conflitos e movimentos de resistência. Estes não ficaram restritos a esta região, mas abrangeu todo o território nacional em um momento de transformação do campo brasileiro através da modernização da agricultura (RIBEIRO e GALIZONI, 2007a). Foi na luta para se manter na terra que, no Território do Alto Jequitinhonha, ocorreu à formação de organização de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a criação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais⁴.

Em Turmalina os laços de solidariedade comunitária foram importantes na construção de organizações sociais, de projetos coletivos de futuro e na estruturação de uma sociedade de base organizada. Como visto, as formas de resistência pela terra e de direitos básicos deram origem a instituições como o Sindicato de Trabalhadores Rurais e associações comunitárias que fortaleceram a organização das famílias de agricultores para a atuação pública.

A relevância da feira livre como fonte de renda aos agricultores, soberania e segurança alimentar da população de Turmalina foi percebida pelas organizações de lavradores, pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, CAV e Universidade (Núcleo PPJ/UFGM). A certificação do potencial da feira livre como mercado local poderoso

³ Grisa *et al* (2020: 90) destacaram a emergência de novos sujeitos sociais que estruturando diversas organizações - sindicatos, associações, cooperativas e órgãos não governamentais - “passaram a construir novas estratégias e práticas” como forma de manter vivos modos de vida e a permanência no campo.

⁴ Woortmman (1990) e Heredia (2013) revelaram a construção de sistemas camponeses sustentados sobre os pilares: trabalho, família e ambiente; onde produção de alimentos é um dos principais sustentáculos, pois é esta produção que garante a vida e manutenção da família.

acarretou um movimento de valorização desse espaço, de apoio aos feirantes, de busca de soluções para os problemas detectados e construções de políticas públicas de apoio (RIBEIRO, 2007c; RIBEIRO, 2019; CRUZ et al.; 2020).

Esse processo de valorização do circuito de comercialização local estimulou produtores de alimentos que comercializam parte de sua produção na feira a criar em 2006, a Associação dos Feirantes de Turmalina (AFTUR), que, em 2016, contava com 102 associados(as). Os lavradores fundadores desta associação se definiram como "agricultores(as) com certo *tingo* para os negócios e que buscaram se inserir em programas públicos".

A criação da AFTUR, de acordo com Samuel Nogueira, técnico em agroindústria, foi um trabalho de “formiguinha” dos agricultores e agricultoras, com muito esforço e mobilização, articulando parcerias junto à prefeitura e outros órgãos na cessão de funcionário, estabelecimento próprio e equipamentos. Foi, enfim, uma experiência conjunta entre organizações e lavradores.

A AFTUR "reproduziu", de certa forma, o estilo organizativo horizontal das comunidades rurais, coordenada e dirigida pelos próprios lavradores(as) feirantes. Tornou-se um importante canal de interlocução entre os agricultores familiares e os processos de compras do PNAE, influenciando ativamente a gestão do programa, apoiando os órgãos gestores no processo de compras de alimentos da agricultura familiar.

O PNAE e o processo de compra da agricultura familiar em Turmalina

Estudo de Grisa e Schneider (2014) apontou que a agricultura familiar teve, ao longo da história, um espaço restrito na pauta pública, sendo marginalizada em projetos desenvolvimentistas do Estado para o campo brasileiro. O reconhecimento público da agricultura familiar, em meados da década de 1990, surgiu da confluência de processos políticos, estudos acadêmicos, conflitos no campo, mobilização dos agricultores(as) e pela constituição de 1988, que respaldou espaços de participação e reconhecimento de direitos. Foi nesta jornada que as organizações da agricultura familiar buscaram influenciar programas públicos. Os autores apontaram três gerações de políticas para a agricultura familiar: (i) num viés agrário/agrícola desenvolvimentista, (ii) na política

social e assistencialista, e, por último, (iii) na construção de mercados, segurança alimentar e sustentabilidade. Foi neste último contexto que se fortaleceram políticas públicas destinadas à agricultura familiar, enfatizando a construção de mercados para escoamento da produção e geração de renda.

Esse foi o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em 16 de junho de 2009 a Lei Nº 11.947 (BRASIL, 2009) instituiu a obrigatoriedade de gestores do Programa destinar, no mínimo, 30% dos recursos do FNDE para a compra de produtos oriundos da agricultura familiar, para articular a educação com a produção local e fortalecer a segurança alimentar dos estudantes.

Diversos autores indicaram a relevância do PNAE para o desenvolvimento local, para a agricultura familiar e soberania alimentar. Mas indicaram também um conjunto de dificuldades de execução, como falta de engajamento dos municípios, sobrecarga das escolas estaduais e centralização excessiva da gestão nas mãos de profissionais de nutrição sem que houvesse interlocução com agricultores e outros agentes públicos. Gestão, de forma geral, tem sido um dos maiores gargalos enfrentados pelo PNAE. Kroth et al (2019, p.152) destacaram a falta de diálogo entre gestores e produtores como um empecilho na execução do PNAE: “Esse comportamento tem efeitos diretos sobre a efetividade do Programa e gera a perda de uma oportunidade única para estimular o desenvolvimento socioeconômico do município”.

Em Turmalina, quando a compra institucional promovida pelo PNAE entrou em vigor, em 2009, os agricultores familiares, a princípio, encontraram muitas dificuldades para inserção no programa. As escolas não realizavam as compras da agricultura familiar alegando que os agricultores não tinham produção. Por outro lado, os agricultores não detinham informação e desconheciam o programa, pois, no dizer deles: “a burocracia é sentida quando não se domina a papelada”. De acordo com um técnico envolvido nas chamadas públicas: "Todos - prefeitura, escolas, agricultores e organizações - tinham dificuldade em lidar com o processo de compras do programa." Assim, a baixa participação ocorria por falta de informação por parte dos lavradores(as) sobre a dinâmica do PNAE e dos procedimentos formais exigidos, mas também pela forma como o programa estabelecia o fator preço nas compras dos produtos.

Os senhores Valdir Gonçalves (agricultor, presidente da AFTUR) e Boaventura Soares de Castro (agricultor, técnico do CAV) explicaram que, nos primeiros anos de

implantação do PNAE, os preços dos produtos estabelecidos no edital da chamada pública eram os disponíveis na tabela de preços da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), abaixo dos preços do mercado local e, portanto, não despertavam interesse dos agricultores em participar.

Essas dificuldades também foram identificadas em avaliação pelo governo federal, o que exigiu reestruturação das diretrizes a fim de englobar no Programa elementos que fossem condizentes com as realidades encontradas. Dessa forma, houve mudanças na fixação dos preços que passou a ser uma média dos preços praticados por três estabelecimentos locais, incluindo a feira livre. Outro elemento importante foi a inclusão da categoria “grupos informais” na lei que abriu maiores possibilidades de participação, uma vez que, nesta categoria o processo é simplificado, e atendia a boa parte dos agricultores familiares que se organizavam de maneira pouco formalizada. Essas mudanças nas diretrizes foram relevantes para maior inclusão da agricultura familiar no PNAE.

Em Turmalina, observou-se um procedimento singular de compras construído de forma conjunta entre instituições gestoras, famílias lavradoras e suas organizações representativas. O processo formalmente se iniciava na elaboração da chamada pública. O primeiro passo era realizar um levantamento da produção local e uma pesquisa de preço nos comércios e feira livre local; nessa etapa a AFTUR atuava de forma organizada fornecendo previamente para as escolas uma tabela de produtos alimentícios cultivados pelas famílias de agricultores, época de oferta do produto e preço na feira livre. Com esses dados em mão, prefeitura e escolas estaduais elaboravam a chamada pública com ampla divulgação. Nesse documento, eram discriminados os produtos, quantidades e os preços a serem pagos. Havia um período para recebimento de projetos de venda dos agricultores, que deviam especificar em formulário próprio os produtos que possuíam para comercialização, a quantidade e toda documentação necessária para formalização do contrato.

A AFTUR atuava também diretamente na organização dos agricultores interessados em participar do PNAE, compondo um grupo informal, onde participam tanto agricultores associados como não associados. Quando eram lançadas as chamadas públicas, o núcleo diretivo da associação realizava uma reunião para apresentá-las. Os(as) agricultores(as), participantes do grupo informal, negociavam entre si a divisão

dos produtos de tal forma que nenhum deles(as) ficasse excluído(a) da chamada. Os funcionários da AFTUR auxiliavam os agricultores(as) a preencher o formulário padrão do projeto de venda que era entregue em um único envelope para a prefeitura e escolas estaduais. Em data e local pré-estabelecido havia a abertura dos projetos inscritos (grupos informais, individuais e grupos formais), era realizada a classificação dos fornecedores segundo critérios do Fundo Nacional da Educação (FNDE) e em sequência havia assinatura dos contratos. Quando o agricultor(a) enfrentava dificuldades para ir, durante a semana, no núcleo urbano, as escolas deixavam o contrato na AFTUR para serem assinados no sábado, dia de feira. Essa interlocução também era utilizada para realizar entrega de produtos para as escolas. No dia de feira alguns agricultores traziam seus produtos e deixavam na AFTUR e as escolas buscavam os produtos na próxima segunda-feira.

Assim, o aprendizado foi sendo construído na prática, os agricultores foram dominando os procedimentos do programa e criaram mecanismos próprios de participação.

As escolas estabeleciam um cronograma de entrega dos produtos que eram fornecidos ao longo do ano. O contato com o(a) agricultor(a) era através da AFTUR e funcionários públicos que se deslocavam pelas comunidades. Quando um agricultor não dispunha do produto, outro agricultor era procurado para o fornecimento ou a escola realizava mudança do cardápio a partir do que os lavradores dispunham para a entrega. Notou-se recorrente flexibilização por parte das escolas no que se referia à adequação do cardápio escolar às possibilidades produtivas dos agricultores, decorrentes, principalmente, da sazonalidade de lavouras, hortas e pomares. Circunstancialmente, ajustavam-se às eventualidades que afetavam a produção, como chuvas ou secas. O pagamento era realizado por transferência bancária ou cheque, em 2 a 5 parcelas ao longo do ano. A AFTUR emitia a nota fiscal eletrônica para o grupo informal que coordenava e repassava a nota às escolas que realizavam a prestação de contas junto ao órgão competente. Havia envolvimento de agricultores de forma individual e em grupos formais (cooperativas e associações), entretanto, a organização em grupo informal representava a principal forma dos agricultores participarem do programa no município.

A Gestão

Organizações da agricultura familiar, instituições de mediação, escolas, gestores públicos e organizações sociais construíram, em Turmalina, uma espécie de arquitetura de rede que, de forma consistente, influenciava a gestão do PNAE no município. Isso imprimiu uma dinâmica de gestão compartilhada, garantindo espaços de participação dos(as) agricultores(as). Compunham essa arquitetura em rede: a Associação dos Feirantes de Turmalina (AFTUR), o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado de Minas Gerais (Emater/MG), o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

A AFTUR tornou-se um importante canal de interlocução entre os agricultores familiares e os processos de vendas para o PNAE. Atuando como coparticipante da gestão do programa, se encarregava de realizar levantamento da produção local, pesquisava o preço dos produtos alimentícios na feira livre, bem como sondava junto aos agricultores os produtos que estariam disponíveis no momento da chamada pública e os que poderiam ser ofertados ao longo do ano. Participava também na comunicação entre escola e agricultor, assessorando o preenchimento da documentação necessária e na entrega de produtos.

A Emater, por sua vez, participava da gestão do PNAE como órgão fiscalizador e prestador de assistência técnica a agricultores familiares. Quando surgia novos agricultores querendo participar do programa, o técnico realizava uma visita ao sítio para conferir o cultivo dos produtos que seriam ofertados para as escolas e ver se estava apto a receber a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), documento exigido para participação no PNAE. De acordo com técnico da Emater os agricultores locais eram politizados, o que influenciava diretamente no bom funcionamento e gestão do programa. Outro papel exercido pela Emater era levar informação sobre os programas públicos existentes e estimular a participação, principalmente de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

O CAV contribuía cotidianamente assessorando os (as) agricultores (as) na participação no PNAE, divulgando as chamadas públicas, promovendo assistência

agroecológica na produção, apoiando as atividades da AFTUR e fiscalizando o andamento do programa no município.

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE), composto por representantes de entidades civis organizadas, dos discentes, dos pais de alunos, dos trabalhadores da educação e do poder executivo, era agente importante na execução do PNAE no município. Era de sua competência realizar vistoria nas escolas para acompanhar e monitorar os recursos destinados à alimentação escolar e certificar a salubridade dos locais de armazenamento e preparo da merenda escolar.

Outro participante ativo da arquitetura em rede era o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Esse conselho era composto de forma paritária por representantes do poder público e da sociedade civil (CAZELLA et al, 2004). Uma importante atuação do CMDRS de Turmalina em relação ao PNAE era a circulação de informações e de intercâmbios. Em suas reuniões eram divulgadas as chamadas públicas do PNAE, assim como atividades de capacitações. Em 2016, por exemplo, durante uma reunião do conselho organizou-se um seminário sobre os programas de compra institucional abordando o funcionamento e as formas de participação. O CMDRS no município de Turmalina se tornou espaço de encontro entre diversos sujeitos sociais, assuntos de interesse coletivo eram debatidos e deliberados na busca de consenso entre poder público e a sociedade civil. Era nesse espaço que se acolhiam as denúncias e se discutiam ações cabíveis. Essas ações se mostravam eficazes para inibir irregularidades no PNAE.

A fiscalização do programa não se restringia somente ao campo institucional. Os próprios agricultores participavam ativamente e, quando qualquer indício de irregularidade era detectado, acionavam as instituições envolvidas para efetiva atuação dos órgãos gestores. No período de realização da pesquisa de campo observou-se um desses acontecimentos: a prefeitura realizou contrato com um agricultor do município vizinho para atender a demanda por mamão que não foi atendida por agricultores do município. Lavradores e suas organizações em Turmalina desconfiaram que este agricultor não produzia os frutos, e os comprava do Ceasa Minas (Centrais de Abastecimento de Minas Gerais) para revender para as escolas. Em conjunto, acionaram o Conselho de Alimentação Escolar que realizou vistoria na unidade de produção do agricultor, atestando a denúncia. A prefeitura exigiu um relatório do CAE e em reunião

com agricultores locais, suas organizações representativas deliberaram pelo cancelamento do contrato com o agricultor “suspeito”. Assim, era prática instituída que, ao ocorrer alguma irregularidade, os gestores públicos e todas as instituições que participam da gestão compartilhada do programa fossem acionadas, e, entre si, tentavam solucionar os problemas chamando os envolvidos para um diálogo em reunião.

A experiência de gestão compartilhada do PNAE no município de Turmalina fortaleceu espaços para a participação da agricultura familiar no programa e para o diálogo entre poder público e a população rural organizada. Isso ficou claro ao se observar os dados de prestação de contas ao FNDE para o período estudado: verificou-se que o município de Turmalina não só atendeu à lei como apresentou uma evolução positiva ao longo dos anos, obtendo maior inserção da agricultura familiar neste mercado institucional.

Tabela 2 - Recurso gasto com a agricultura familiar pela Prefeitura Municipal de Turmalina (2011- 2015)

Ano	Recurso recebido do FNDE para o PNAE (R\$)	Recurso gasto com a agricultura familiar (R\$)	Percentual do recurso do FNDE gasto com a agricultura familiar (%)
2011	135.480,00	29.751,54	21,96
2012	175.080,00	47.792,90	27,30
2013	198.240,00	83.375,26	42,06
2014	190.368,00	64.194,74	33,72
2015	201.840,00	92.084,04	45,62

Fonte: FNDE, 2015. (Dados organizados pelos autores).

Entretanto, ao se analisar os dados nas escolas estaduais, notou-se certa dificuldade dessas instituições alcançarem o percentual mínimo de 30% em compras de produtos da agricultura familiar, mesmo estando inseridas na arquitetura em rede desenvolvida no município. Verificou-se que a E.E. Lauro Machado gastou 17,48% do total de recurso disponível em 2015, que era de R\$ 85.138,00, em aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar. A E.E. Badaró Junior não forneceu dados, e afirmou que em 2015 não conseguiu atingir a meta dos 30%, mas que esta foi alcançada em 2016. Já a E.E. Américo Antunes utilizou 31,10% do montante de R\$ 60.813,50 em 2015 para compras da agricultura familiar. Os diretores das escolas estaduais declararam que no período de realização da pesquisa de campo, 2016, o Estado de Minas Gerais não estava cumprindo com os repasses financeiros devidos, e

assim as escolas contavam somente com o recurso provindo do FNDE. Isto afetou a compra de alimentos da agricultura familiar, pois, providos de poucos recursos, eram obrigados a comprar alimentos mais baratos, geralmente industrializados. Essa mesma intermitência no repasse financeiro estadual foi encontrada também por Pauli et al (2018) em pesquisa de operacionalização do PNAE no município de Santa Maria (RS), quando os autores demonstraram que irregularidades de acesso ao recurso financeiro para as escolas estaduais afetavam diretamente a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar.

Nas escolas estaduais de Turmalina, os repasses financeiros somavam-se a outros fatores que contribuía para o menor número de aquisição de produtos da agricultura familiar. Um deles era o processo pulverizado das chamadas públicas das escolas estaduais que criava grandes dificuldades para os agricultores, uma vez que estes tinham que elaborar diversos projetos de venda para várias escolas em lugares distintos⁵. A prefeitura, por sua vez, ao articular todo processo das escolas municipais em uma única chamada e em um único lugar suavizava e objetivava o processo.

Apesar dessas dificuldades, as escolas estaduais buscavam melhorar seus processos de compra, pois avaliaram muito positivamente a qualidade e adequação dos produtos da agricultura familiar - frescos e sem agrotóxicos -, mas também pela boa aceitação dos alimentos pelos estudantes quanto ao sabor e variedade.

A gestão social do PNAE no município de Turmalina favoreceu um ambiente de ampla participação dos lavradores. E, principalmente, indicou que as experiências produtivas dos agricultores possibilitavam inserir na alimentação escolar o que as comunidades rurais estabeleceram costumeiramente em sua pauta alimentar, criada pelo *gosto*, escolha e cultura.

A participação efetiva da agricultura familiar proporcionou diversificação do cardápio escolar. Ocorreu uma espécie de “*colonização às avessas*”, em que os agricultores e suas organizações demandaram e introduziram nas chamadas públicas produtos sazonais e culturalizados como *cariru*, corante de urucum, biscoito de goma, feijão verde, andu, farinhas de mandioca e milho, pequi, entre outros. Isto foi possível por meio das adequações do PNAE em suas diretrizes, proporcionando um programa

⁵ No total são seis escolas estaduais no município. Número relativamente pequeno comparado a municípios maiores que contêm um número muito maior de escolas estaduais, onde esta dificuldade em específico ganha mais relevo.

descentralizado na operacionalização e que abria a possibilidade de atender às necessidades locais. Este aspecto favoreceu à flexibilização na gestão local do programa, e isto valorizou a produção local, o incremento de renda para famílias, e, principalmente, a valorização da dieta local ao introduzir no cardápio escolar alimentos que faziam parte do cotidiano alimentar dos alunos. Dessa forma, a pauta produtiva regional, a segurança e soberania alimentar foram fortalecidas.

Santos et al (2020) ao analisar a implantação de programas públicos se depararam com arranjos econômicos, sociais e políticos próprios ao local; observaram que é necessário elaborar políticas públicas em ambiente democrático para que se possam alcançar os objetivos aos quais se destinam. Em Turmalina observou-se a criação desse ambiente, que permitiu o bom desempenho do PNAE no município.

Tabela 3 - Principais produtos adquiridos da agricultura familiar pelo PNAE em Turmalina, 2015/2016.

Escolas municipais	Alho, amendoim, inhame, laranja pera, mexerica, maracujá, banana prata, banana caturra, polpa de fruta, couve, repolho, salsa, batata doce, cebolinha, cenoura, couve, repolho, alface lisa, beterraba, brócolis, cariru*, coentro em folha, feijão verde, mostarda, abacaxi, coentro em semente, abobrinha, abóbora moranga, andu verde, cebola, couve-flor, corante de urucum, limão, mandioca mansa, mamão maduro, pimentão, repolho verde, salsa, tomate, vagem, chuchu, abacate, rabanete e mel.
Escolas estaduais	Abacate, abóbora moranga, alface lisa, alho, amendoim sem casca, banana caturra, banana prata, batata doce, farinha de mandioca, farinha de milho, beterraba, cebola branca, cebolinha verde, cenoura, chuchu, coentro em folhas, coentro em semente, couve, feijão verde, inhame, laranja pera, mexerica poncã, limão, mamão, mandioca mansa, manga, maracujá, milho verde, pimentão, repolho, salsa, tomate, uva, vagem.

* São localmente designados por *cariru* variedades de folhosas nativas e coletadas, hortaliças pouco convencionais como a beldroega, gondó e serralha.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Os resultados alcançados pelo PNAE em Turmalina têm uma forte relação com a força organizativa de comunidades rurais que construíram meios de inclusão e participação na vida política. Organizações dos(as) agricultores(as) conseguiram estabelecer uma articulação cidadã em redes de governança, trabalhos conjuntos com agentes em programas e projetos destinados ao município. As divergências políticas foram negociadas visando efetivar de fato o PNAE.

Essa rede de governança se mostrou sólida no tempo e em situações precárias. Estudo de Galizoni *et al.* (2021), indicou que, mesmo na situação de pandemia da Covid-19, a gestão do PNAE no município de Turmalina se adequou à emergência. Tanto o município quanto as escolas estaduais, a partir da permissão do governo federal para o gasto do recurso do FNDE, organizaram “cestas verdes”, compostas por alimentos produzidos pela agricultura familiar – verduras, frutas, grãos, polpas e biscoitos, entre outros. Estes alimentos compuseram as cestas básicas distribuídas mensalmente para todas as famílias de estudantes matriculados na rede estadual e municipal de ensino, ocupavam o lugar da merenda escolar no período de fechamento das escolas exigido por conta do distanciamento social na pandemia.

Conforme dados cedidos pela Secretaria Municipal de Educação de Turmalina, no ano de 2020 a prefeitura utilizou mais de 30% do recurso do FNDE para aquisição de produtos da agricultura familiar. Tais dados ainda não se encontram disponíveis para consulta pública no site do FNDE. Mas, ao analisar os dados mais recentes da prestação de contas do PNAE e da agricultura familiar para o período de 2016 a 2019, notou-se que há uma alternância nos volumes de recursos empregados na compra de alimentos da agricultura familiar (Tabela 4). Contudo, a soma de recursos gastos com a agricultura familiar permaneceu sempre próxima ao valor mínimo estabelecido por lei.

Tabela 4 - Recurso gasto com a agricultura familiar pela prefeitura de Turmalina (2016-2021)

Ano	Recurso recebido do FNDE para o PNAE (R\$)	Recurso gasto com a agricultura familiar (R\$)	Percentual do recurso do FNDE gastos com a agricultura familiar (%)
2016	206.116,72	65.973,37	32,01
2017	210.386,00	50.685,75	24,09
2018	203.642,00	109.890,95	53,96
2019	199.510,00	53.956,53	27,00
2020	216.310,60	---	---
2021	---	---	---

--- Dados não disponíveis para consulta no site do FNDE.

Fonte: FNDE, 2022. (Dados organizados pelos autores).

Essa oscilação nos valores pode ser compreendida também pela conjuntura política, ambiental e climática. O ano 2019 culminou uma sequência de sete anos de seca prolongada o que afetou a produção da agricultura familiar com perdas e redução da colheita. Somada às intempéries climáticas, o país enfrentou conjuntura política que

trouxe retração de recursos destinados à agricultura familiar. Programas e políticas públicas voltadas para esta categoria sofreram drásticos cortes de recursos como o PRONAF e o PAA, enfraquecendo o sistema de compras institucionais para a agricultura familiar.

Entretanto, observou-se que no município de Turmalina a organização da agricultura familiar e a rede de governança estabelecida têm sido resilientes, mantendo o compromisso de aquisição de alimento produzido pela agricultura familiar próximo ao mínimo exigido por lei, mesmo diante da situação adversa.

Considerações finais

No Brasil, a organização social de base rural, principalmente na segunda metade do século XX, foi alavancada por organizações como igreja católica, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e associações comunitárias que promoviam encontros com a população, trazendo para o seio do grupo o debate sobre temáticas que refletiam sobre a realidade vivida.

Foi dessa forma que ocorreu a construção de uma sociedade civil organizada no município de Turmalina, Vale do Jequitinhonha, em um momento da história brasileira que o campo passou por profundas transformações desencadeadas por um projeto desenvolvimentista estatal. Marginalização, perda de terras e modo de vida foram temas que ganharam o debate dentro dos grupos que promoveram resistência, resiliência e luta para o reconhecimento e direitos. Essa experiência organizativa foi de fundamental importância para que as comunidades de agricultores pudessem interagir com o PNAE de forma cidadã, criando e expandindo canais de participação que “falassem o idioma local” e compreendessem as especificidades produtivas regionais.

A análise do PNAE no município de Turmalina revelou uma experiência em que a organização da agricultura familiar foi fundamental na interlocução entre poder público e sociedade civil, na construção de uma forma de gerir o programa compartilhando funções, promovendo um processo participativo entre os diversos atores locais que fortaleceu tanto a dinâmica produtiva municipal quanto circuitos curtos de comercialização. Os agricultores familiares incluíram o *gosto* local na alimentação escolar.

Essa arquitetura em rede apontou possibilidades criativas na execução do programa, revelou a importância da articulação e compartilhamento da administração de um bem público e o quanto uma sociedade de base organizada é fundamental para a gestão de programas públicos e para alavancar possibilidades de desenvolvimento.

AGRADECIMENTOS

Esse estudo contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), aos quais as autoras agradecem. Estendemos também o agradecimento a todas as instituições públicas e de organização da agricultura familiar, assim como os agricultores familiares que contribuíram na construção deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3ª ed. São Paulo: Editora Edusp, 2012.

ALVES, M.A., MOURA, M.M., LACERDA, S., ARAÚJO, M.T., COVO, P.E., GRAZIANO, E. *Vicente fala: uma mão na terra outra no coração*. Rio de Janeiro, AJUP, 1993.

BRANDÃO, Carlos R. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL, **conversão da medida provisória, nº455 de 2008, Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009**. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em 18/06/2016.

BRASIL. **Decreto 9.04/2017, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm>. Acesso em 28/02/2022.

BRASIL. **Lei nº 8913, de junho de 1994**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1994/lei-8913-12-julho-1994-349782-norma-pl.html>>. Acesso em 27/06/2016.

BRASIL. **Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares

Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 15/05/2016.

BRASIL. **Lei nº 11947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 28/04/2016.

BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Petrópolis: Vozes, 2002.

CALIXTO, Juliana Sena; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria; MACEDO, Renato Luís. Trabalho, terra e geração de renda em três décadas de reflorestamentos no Alto Jequitinhonha. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. 2009, vol.47, n.2, pp.519-538.

CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro; SCHENEIDER, Sérgio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf. **Anais do XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural.** Cuiabá–MT, 2004.

CRUZ, M. S. DA. RIBEIRO. E. M.. PERONDI, M. A.; OLIVEIRA, D. C. COSTA, H. M. DE. Agricultura familiar, feiras livres e feirantes do Alto Jequitinhonha. *Revista Campo-Território*, v. 15, n. 35 Abr., p. 90–120, 2020.

FNDE. **ALIMENTAÇÃO escolar: Conselho de Alimentação Escolar.** <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-conselho-de-alimentacao-escolar>. Acesso em: 24/03/2017.

FNDE. **ALIMENTAÇÃO escolar histórico.** Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>. Acesso em 12/08/2016.

FNDE. **PNAE dados da agricultura familiar.** Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 24/05/2016.

GALIZONI, Flávia M. **A terra construída, Família, trabalho e ambiente no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais.** 2007, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 126p. Série BNB Teses e Dissertações, n.10

GALIZONI, Flávia M. *et al.*, Boletim Informativo – Efeitos da Covid-19 sobre a agricultura familiar, alimento e água no vale do Jequitinhonha mineiro. UFMG/CNPq, 2021.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014.

GRISA, Catia; TECCHIO, Andréia; CHECHI, Leticia Andrea; SABOURIN, Eric. As práticas produtivas e alimentares no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: a ação pública na busca e na crítica à modernidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 78-108, fev. 2020. Disponível em: <http://www.revistaesa.com/>. Acesso em: 13/02/2020.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida - trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Centro Eldestein de pesquisas sociais. Rio de Janeiro: Biblioteca virtual de ciências humanas. 2013.

IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006a. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 04/03/2016.

IBGE. **Censo agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 03/03/2022.

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Projeto UFT/BRA/036/BRA, 1996.

KROTH, Darlan Christiano, et al. Análise da operacionalização da política de aquisição de alimentos da agricultura familiar por parte dos municípios: o caso do PNAE em três microrregiões do Oeste Catarinense. **Redes** (Santa Cruz do Sul. Online), v. 24, n. 1, p. 138 - 162, 2019.

LIMA, Vico Mendes Pereira. Secas e s'águas: Alterações na dinâmica da água no Alto Jequitinhonha. In: Galizoni, Flávia Maria. (Org.). **Lavradores, água e lavoura: Estudo sobre gestão camponesa de recursos hídricos no Alto Jequitinhonha**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2013.

PAULI, Rita Inês Paetzhold; SCHULZ, Jéferson Réus da Silva; ZAJONZ, Bruna Tadielo e STEINDORFF, Kelen. Análise comparativa do desenvolvimento do PNAE entre as escolas estaduais e municipais de Santa Maria (RS) à luz dos elementos potenciais da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 26, n. 2, p. 447-479, junho de 2018. Disponível em: <http://www.revistaesa.com/>. Acesso em: 14/12/2019.

FJP - Fundação João Pinheiro. Plano de desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2017.

POUPART, J. **A pesquisa qualitativa – enfoques epistemológicos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

PTDRSAJ. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Alto Jequitinhonha**. GRUPO GESTOR TERRITORIAL – CIAT Conselho para Implementação de Ações Territoriais. NOVEMBRO / 2006.

RIBEIRO, E. M. Do engenho à mesa - cultura material e indústria rural na agricultura familiar do Jequitinhonha mineiro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria. Quatro histórias de terras perdidas: modernização agrária e privatização de campos comuns em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Vol. 9, nº 2, p. 115-129, nov. 2007a.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. et al. Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. **RER**, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 04, p. 1075 -1102, out/dez 2007b.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Feiras do Jequitinhonha – mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no Semiárido de Minas Gerais. Fortaleza: BNB/UFLA, 2007c.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M.; CALIXTO, J. S.; ASSIS, T. P. DE.; AYRES, E. B.; SILVESTRE, L. H. Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. R. B. Estudos Urbanos E Regionais V.7, N.2 / NOVEMBRO 2005.

SANTOS, Tiago Rocha, et all. As políticas públicas e a sustentabilidade da agricultura brasileira. **Revista de geografia agrária: Campo Território**, v. 15, n. 38, p. 31-51, 2020.

WOORTMANN, Klaas. Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: Relatório Final. **Série Antropológica 20**. Brasília, 1978.

VALE SABER, **Boletim Informativo**. Nº 9, ano 03, agosto de 2015. Disponível em: <http://www.cavjequi.org/portal/index.php?pagina=11>. Acesso em 24/09/2016.

VEIGA, José Eli. Fundamentos do agro-reformismo. Lua Nova, nº 23. São Paulo, 1991.

Recebido em 31/07/2021. Aceito para publicação em 19/01/2022.
--